

A ciência da informação no contexto da pós-graduação do IBICT

Heloisa Tardin Christovão

Resumo

Relata o surgimento do Curso de Pós-Graduação (Mestrado) em Ciência da Informação do IBICT e do Curso de Documentação Científica/Curso de Especialização em Informação e Documentação (CDC). Analisa a origem das disciplinas que constituem o currículo. Apresenta uma visão internacional e local (IBICT/DEP) das mudanças da "ciência da informação".

Palavras-chave

Ciência da informação; Pós-Graduação; IBICT; Currículo; Mestrado.

RECONTEXTUALIZAÇÃO Nº 1: "DESDE ENTÃO ATÉ AGORA"

Quando aceitei escrever o presente artigo de opinião, o refletir sobre o seu tema transportou-me a agosto de 1970, data em que entrei para o IBBB (futuro IBICT) e em que pela primeira vez ouvi a expressão ciência da informação. O transporte foi-me tranqüilo, agora que torno o meu olhar para algo já por mim mapeado e inúmeras vezes repensado.

Aquela por certo não foi uma época tranqüila. A ebulição que vi e senti no ar e nas pessoas, tão diferente do ambiente da faculdade que então cursava, por si só já me despertava para aquele mundo que se me configurava mágico, audaz mesmo. "Nascia", feliz coincidência, o Curso de Pós-Graduação (Mestrado) em Ciência da Informação, com seu primeiro convênio com a UFRJ para mandato universitário assinado em junho de 1970.

"Nascia", dito assim entre aspas, pois de longe vinha na realidade o que hoje pode ser considerado a sua preparação. Em 1970, IBICT já possuía tradição e excelência nas áreas de ensino e de comunicação da informação. Essa sua fase, embora documentada por alguns¹, carece ainda de estudos que a caracterizem melhor em sua complexidade.

Quanto a área de ensino, sua consolidação se deu principalmente por intermédio do Curso de Documentação Científica/Curso de Especialização em Informação e Documentação (CDC), criado em 1955, ministrado com mandato universitário da UFRJ a partir de 1964, com forte projeção internacional. Foi grande a afluência de alunos de outros países latino-americanos até meados da década de 70, a partir de quando não houve mais facilidade de obtenção de bolsas de estudo junto ao Itamaraty².

* Este artigo foi elaborado para compor o primeiro fascículo de Informare – Cadernos do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação CNPq/IBICT– UFRJ/ECO. Pela sua temática, optou-se em incluí-lo também neste número especial da *Ciência da Informação*.

Algumas facetas do CDC de então merecem destaque aqui: (a) um número expressivo de seus docentes acumulava outras funções nos diferentes serviços do IBICT³; (b) do seu currículo constavam disciplinas não oferecidas nas escolas de biblioteconomia; (c) havia interesse em

atrair estudantes de outras áreas⁴; (d) seu currículo foi alterado em **1967**, a fim de que seu enfoque “(...) não se limitasse apenas à coleta, tratamento e disseminação do documento gráfico, mas que se estendesse à **informação**” (grifo da autora)⁵.

No que se refere à área de comunicação da informação, aqui vista em sua acepção mais ampla, as atividades desenvolvidas nos diferentes setores especializados do IBICT abrangiam todo o processo de geração, tratamento, recuperação e disseminação da informação científica e tecnológica (ICT).

Para desenvolvimento dessas atividades, o IBICT contava com uma equipe multidisciplinar formada por seus próprios funcionários e por colaboradores externos oriundos de diferentes campos do conhecimento. Estes participavam com relativa regularidade da coleta e processamento da informação, tendo sido no final da década de 60 e início da de 70 co-responsáveis pelo planejamento e implantação de sistemas automatizados adequados às necessidades do IBICT.

À época, a gestão de ICT era centralizada no IBICT, por ainda estarem sendo formadas competências em outras instituições que pudessem gradativamente absorver e implementar ações nesse campo.

Os serviços especializados do IBICT se constituíam ainda em laboratórios para os alunos do CDC que ali, por meio da prática supervisionada, tinham a oportunidade não só de aplicar conhecimentos, como também de redimensioná-los e recriá-los a partir de suas próprias vivências e interpretações da realidade, nesse exercício teórico-prático, fruto de um ensino dinâmico e participativo.

É importante ressaltar que tanto em termos das atividades de ensino quanto daquelas de informação, o IBICT mantinha níveis de excelência similares aos de instituições congêneres de outros países, inclusive aqueles considerados centrais. Havia não só o equilíbrio e a sintonia com o estado-da-arte no campo da informação, como também, ainda que mais implícita que explicitamente, uma política de informação⁶ que valorizava a formação de recursos humanos. Mais importante que a política em si, havia a vontade de realizá-la.

Foi justamente isso, aliado a uma visão de longo alcance e lúcida da questão informacional por parte da direção e corpo técnico do IBICT e o devido apoio institucional, que permitiu não apenas o nascimento do Mestrado em Ciência da Informação, como a implementação, paralelamente, das atividades de pesquisa, até então embrionárias.

RECONTEXTUALIZAÇÃO Nº 2: “E DESDE AGORA ATÉ ENTÃO”

A formalização do que seria para o IBICT a ciência da informação e de que maneira ela poderia contribuir para o desenvolvimento econômico-social do país se faz sentir nas primeiras comunicações sobre o Mestrado em Ciência da Informação (MCI), no início da década de 70: “A literatura internacional vem registrando, há cerca de 20 anos, novas teorias no campo, quase todas de matemáticos e engenheiros, como consequência da aplicação de uma tecnologia nova. A estrutura dos cursos de biblioteconomia, que não possibilita base de conhecimento teórico em nenhum campo do conhecimento humano e ministra apenas técnicas (...) impede a transmissão dessas idéias em nível de graduação. (...) Tudo leva à convicção de que o mestrado é uma das soluções para o problema, no momento. Assim, o interesse no recrutamento, para o mestrado, de bacharéis de várias áreas, evidencia que a ciência da informação não está sendo considerada uma especialização, ou estudo aprofundado de uma área, cuja base o indivíduo já foi buscar num curso universitário. Sendo interdisciplinar, beneficia-se ela dos métodos próprios dessas diversas disciplinas, sempre que possam, de

alguma forma, contribuir para a compreensão das 'propriedades, comportamento e fluxo da **informação**.' (...) O interesse do Governo no estabelecimento de um Sistema Nacional de **Informação Científica e Tecnológica** como peça essencial ao desenvolvimento econômico-social faz com que, dentro daquele contexto, o Instituto se arrogue o direito de continuar a formar recursos humanos para o desenvolvimento do Sistema” . (grifos da autora).

Em suas primeiras estruturações, o currículo do MCI refletia nitidamente a concepção de ciência da informação predominante em nível internacional⁸. Sob esse ponto de vista, que perdurou pelos anos 70, esta, surgida no pós II Guerra Mundial e identificada como tal na década de 60, privilegiava o processamento e a disseminação da informação, com ênfase em sua organização e recuperação. Cristalizava-se como uma de suas principais tendências para o futuro, da qual provinham as maiores expectativas, a investigação sobre os meios automáticos aplicados na solução de problemas informacionais tornados mais evidentes e, no jargão da época, sintetizados na expressão “o tratamento **ótimo** (leia-se automático) da informação para a sua recuperação **ótima** (idem)”, o que ocorreu (a investigação) de forma maciça ao longo de toda a década de 80.

Estes mesmos problemas vistos sob o ponto de vista do usuário, em estudos englobados pela especialidade Necessidades e Usos da Informação, eram representados por outra expressão também em jargão característico e tornada de caráter público: “como levar a informação certa ao usuário certo”. Entretanto, essa especialidade não teve como recuperação da informação e automação o mesmo tratamento intensivo nos anos 80⁹.

Ainda na década de 60, outra área se formalizava – a de Política de Ciência e Tecnologia, que veio a manter crescente interface com a ciência da informação a partir dessa mesma década, em parte significativa pela publicação de duas obras: a primeira, em 1963, do livro *O desenvolvimento da ciência*¹⁰, do físico e historiador da ciência inglês Derek de Solla Price; a segunda, em 1972, pela National Science Foundation (EUA) com a assessoria do mesmo autor, o primeiro volume de indicadores científicos baseados na aplicação de métodos quantitativos à produção bibliográfica da comunidade científica de um país para fins de avaliação de seu desempenho.

A abordagem desenvolvida nessas obras abriu toda uma corrente de investigação cujos trabalhos têm sido classificados sob a denominação bibliometria, qual é percebida tanto como especialidade da ciência da informação, como da cientometria, esta, por sua vez, como área da sociologia do conhecimento/estudos sociais da ciência¹¹.

Voltando à questão curricular do MCI, este teve a sua composição inicial abarcando preferencialmente a organização e a recuperação da informação, não deixando, no entanto, de dar abertura para questões teóricas e práticas também em especialidades menos “favorecidas” à época pela própria concepção de ciência da informação, como necessidades e usos da informação, bibliometria/sociologia do conhecimento, comunicação e científica, esta inextricável da anterior.

Essa situação foi relativamente afetada em nosso caso por uma questão conjuntural: sem dispor em seus quadros – ou tê-lo em disponibilidade no país – de pessoal com a titulação exigida e reconhecida para exercer a docência em nível de mestrado, o que não quer dizer que aqui não houvesse profissionais capacitados para esse fim, o IBICT contornou o problema convidando alguns especialistas da Grã-Bretanha e dos EUA para ministrar as cadeiras da “área de concentração” do MCI¹².

No decorrer da década de 70 e seguinte, o quadro foi alterado com a formação de docentes/pesquisadores brasileiros que paulatinamente substituíram os professores estrangeiros na docência e na orientação de dissertações e consolidaram linhas de pesquisa.

Esses professores passaram a atuar não só nas especialidades cobertas pelos docentes do exterior, como em outras já agora mais evidenciadas como relevantes pelas mudanças de concepção relativas à ciência da informação, o que naturalmente implicou alterações também na composição curricular do MCI.

A formação de pesquisadores/docentes brasileiros não foi um ato isolado dentro do contexto do IBICT. É preciso mencionar que em 1976, com a reestruturação do IBICT, foram criadas a Divisão de Ensino e Pesquisa (DEP) e a Divisão de Estudos e Projetos (DEP), bem como o primeiro quadro de pesquisadores em ciência da informação no Brasil. Este quadro foi formado pelo reenquadramento de empregados do IBICT que desenvolviam atividades de ensino e pesquisa na carreira de pesquisador e pela contratação de uma pesquisadora na área¹⁴.

Coube à DEN assumir a coordenação dos cursos e da maior parcela das atividades de pesquisa até a mudança do IBICT para Brasília em 1983, quando foi desativada e seu quadro e atividades mantidos no Rio de Janeiro. Novo convênio foi assinado com a UFRJ, sendo o MCI integrado na estrutura acadêmico-administrativa da universidade e os pesquisadores mantidos como empregados do CNPq, à disposição do convênio. Essa situação perdurou até 1990, quando, por nova reestruturação do IBICT, a DEN foi recriada, agora na condição de departamento (com a sigla DEP), voltando o convênio com a UFRJ a ser de mandato universitário.

No que se refere a recursos humanos, após 1976 e até meados da década de 80, houve a contratação direta pelo CNPq ou a transferência para o DEP, no caso de pessoal já empregado pelo Conselho, de mais alguns pesquisadores. No mesmo período, parte do pessoal integrado à pesquisa e ao assinantes de 1976 e após foi para outros setores/instituições¹⁶.

Sem mais contratações posteriormente e contando com poucos e eventuais colaboradores externos, ficou assim formada a equipe presentemente responsável pelas atividades de ensino e pesquisa relativas ao Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação (PPGCI), que passou a incluir recentemente o doutorado na área.

RECONTEXTUALIZAÇÃO Nº 3: “DESDE ENTÃO ATÉ AGORA/ E DESDE AGORA ATÉ ENTÃO”.

O PPGCI está sendo hoje foco de um intenso processo de discussão por parte de seu corpo docente, visando à reformulação e à integração curricular dos três níveis de pós-graduação por ele incluídos, à harmonização de suas atividades e à racionalização de seus recursos. Deter-me-ei aqui no primeiro objetivo.

A necessidade de reformulação curricular foi intensificada por três fatores. Os dois primeiros seriam institucionais: um interno ao IBICT, a criação do Doutorado em Ciência da Informação (DCI), e outro externo, a mudança da política de formação de mestres e doutores por parte da Capes. Quanto ao terceiro, este seria decorrente do desenvolvimento da ciência da informação. A presente recontextualização será restringida à discussão deste.

Recentemente, 1991, em relato sobre a Conferência Concepções de Biblioteconomia e Ciência da Informação (*Conceptions of Library and Information Science – CoLIS*), realizada em Tampere, Finlândia, foi registrado por Kaegbein e Exon que, a partir de 1984, com o fim do Fórum Internacional para Pesquisa em Ciência da Informação (International Forum for Research on Information Science – Ifis), não foram mais realizadas conferências internacionais dedicadas exclusivamente ao desenvolvimento teórico na área de ciência da informação¹⁹.

Assim, a Conferência de Tampere adquiriu ainda maior visibilidade, por ter sido, após quase 10 anos, o fórum de apresentação de diferentes perspectivas da pesquisa na área (históricas, empíricas e teóricas) e seu desenvolvimento como disciplina.

Dentre os trabalhos apresentados à CoLIS²⁰, destaca-se a comunicação de Saracevic²¹, por constituir-se em revisão da pesquisa em ciência da informação nos EUA e Europa que aborda a dinâmica da área, quer em função de diferentes interfaces com outras disciplinas, consolidadas ou não, quer em função de seus próprios e peculiares imperativos, ou ambos.

Torna-se patente a amplitude cada vez maior do que se entende pelo papel social da informação. Para Saracevic, a ciência da informação "(...) teve e tem um forte papel social a desempenhar; ela tem uma forte dimensão social e humana, acima e além da tecnologia. Essas três características [as duas primeiras são a interdisciplinaridade e a conexão da ciência da informação com a tecnologia da informação], ou *leitmotiv*, são o referencial para a compreensão do passado, do presente e do futuro da ciência da informação e para os temas e problemas com que ela se defronta"²².

Essa concepção de Saracevic pode ser mais bem captada, utilizando-se como referencial o agora já clássico "manual" editado por Machlup & Mansfield²³, que souberam colocar em perspectiva não apenas os problemas de uma disciplina, ou de um conjunto de disciplinas, mas toda uma recomposição da ciência contemporânea que está sendo operada e cujas manifestações são relativamente difíceis de perceber por não se encontrarem, de alguma forma, institucionalizadas ou "esquemáticas" dentro dos padrões esperados por um número infelizmente ainda grande de profissionais da informação²⁴.

Curiosamente, uma das conclusões a que se chegou na Conferência de Tampere foi a seguinte: "Sentiu-se ser mais importante definir as mudanças na ciência da informação, do que tentar defini-la como tal"²⁵. Neste sentido, reveste-se de especial significado a afirmação de Fernandes de que "(...) o entendimento da gestão da informação se dá a partir das **relações sociais** (grifo da autora) que, na era moderna, utilizam como um dos meios de (re)ligação um artefato chamado informação. O contato de cada indivíduo com estes artefatos é particular, embora socialmente influenciado, e obedece a um processo de entendimento particular, logo necessita-se de um saber acerca da **psicologia** (grifo da autora) das motivações dos indivíduos.

Assim sendo, não há lugar onde se possa enquadrar a CI no atual quadro da ciência ou das ciências. (. . .) Ou a CI não é uma ciência, ou, para que venha a ser, deverão ser modificados os atuais critérios de cientificidade"²⁶.

O mesmo problema, sob a ótica das composições complementares entre si, foi abordado por Teixeira: "(. . .) não se pode perder de vista o fato de que a ciência moderna (. . .), ao negar todo conhecimento que não está pautado por suas regras e seus princípios, acaba por correr o risco de subtrair de seus horizontes aquilo que é gerado por nossa experiência cotidiana, pelo nosso conhecimento acerca da vida que vivemos. (. . .) O que não é científico faz parte do senso comum, do conhecimento mágico, do que não tem rigor nem precisão. (. . .) [No entanto], viver é coisa que conta com a magia, com equilíbrios não entendidos, com experiências de desejo e paixão"²⁷.

Obviamente, a discussão do PPGCI está diretamente relacionada a percepções da área por parte dos profissionais que nele atuam. Parece claro (ou deveria parecer) que o redimensionamento observado nos últimos 10 anos nas discussões sobre a ciência da informação, aqui considerado como um dos fatores intervenientes na necessidade de reformulação curricular da PGI, afeta de forma direta (ou deveria afetar) a operacionalização do ensino na área.

Aqui, a questão dos esquemas institucionalizados se torna mais aguda, ao pretenderem alguns que o currículo de ciência da informação seja conjunto coeso de matérias que permita transmitir (diferente de construir um nível de indivíduo) um corpo de conhecimento sólido e fundamental.

Outra questão complementar à primeira, como ela, também aguda e de conseqüências desastrosas, é aquela da **cisão** da área em **reduito** das abordagens teórico/sociais/culturais e **reduito** das abordagens práticas/técnicas/anti-sociais(?).

Cisões dessa natureza, somadas a currículos encapsulados, por certo geram inquietante forma de combate à inovação e à criatividade. Além do que, não se coadunam nem com a ciência contemporânea, nem com a ciência da informação como percebida na atualidade. Muito menos com um programa de pós-graduação, que, mesmo dentro de suas enormes limitações, soube manter-se flexível e aberto a novas idéias e percepções ao longo de sua história.

Julgo saudável e divertida, tenho de admitir, a reflexão sobre interessante passagem de fonte de informação técnica, por acaso, como sempre, caída em minhas mãos:

“The industrial mass-production society brought about a division between the arts and technology. Culture came to be associated solely with the humanities, literature, music, art – and pure science. It was and is a snobbish culture. Technology and industry are considered to be somehow at a lower level, tedious, dirty and certainly not creative activities. (...) The alienation between technology and culture has been reinforced by an education system which has organised itself to associate culture and creativity with the humanities and ‘pure’ sciences. Technology, the creation and application of ‘know-how’ has been increasingly associated with all that is anti-social or at best a ‘vulgar’ art. (...) Society, influenced in attitude by the educational system, including its lack of understanding of technology, has in effect ostracised technology, industry, and industrial culture from its culture²⁹.”

Enfim, uma das mais profícuas opções que a ciência da informação tem oferecido aos profissionais que nela atuam é a possibilidade de resgatar culturas pelo estudo dos diferentes tipos de informação em seus respectivos habitats naturais ou artificiais. Teria sentido integrar ao espaço de nossa pós-graduação algumas das temáticas aí subentendidas e excluir outras? Quais seriam os critérios? Como seriam estabelecidos? Por quem? Ou não haveria espaço para todas as visões? Quem sabe a ciência da informação, no panorama da ciência contemporânea, não poderia ser (seria) o espaço apropriado e equânime de todas essas visões?

Terminada a presente construção de uma história, feita, como todas as demais, à base de sucessivas recontextualizações, deixo o leitor com duas contribuições – uma da arqueologia e outra da antropologia (ou seriam da ciência da informação?):

1ª – “A **recontextualização** (grifo da autora) seria a utilização de um artefato (informação) em um contexto diferente daquele no qual foi produzido. Assim podemos dizer que as peças em um museu estão recontextualizadas, assim como as notícias em um jornal e os dados de um sistema. Todos esses três espaços organizam artificialmente informações que, a princípio, poderiam não ter relação nenhuma entre si. (...) Além desses, existem vários outros exemplos de espaços, tempo e formas de recontextualização. No entanto, demos esses três exemplos no intuito de demonstrar que o que compõe esses três espaços são pequenas cristalizações do passado, sejam de séculos passados, ou do minuto passado. E essas cristalizações nada mais são do que informações. Informações que ligam tempos e espaços antes distantes.

(...) informação implicará sempre recontextualização. Compreender uma informação é um **ato de tradução** (grifo da autora) em que o significado depende de seu contexto de emissão, recepção e da posição do intérprete em relação a esses contextos, seja esse intérprete um mero telespectador ou um profissional da informação”³⁰.

2ª – MEMÓRIA

Prever – simplesmente –
é compor a Memória do Futuro
para contagem regressiva
desde então até agora
e desde agora até então.

Prever – lei científica –
é compor a Memória do
Futuro Necessário
para contagem regressiva
desde então até agora
e desde agora até então.

Prever – excursão turística –
é compor a Memória do Futuro Livre
para contagem regressiva
desde então até agora
e desde agora até então.

Prever – apresentação, pontuação, recordação –
é compor a Memória do Futuro Capturado como Futuro Sublimado
para contagem regressiva
desde então até agora
e desde agora até então.

Antônio Rubbo Müller (antropólogo brasileiro)³¹

NOTAS E REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. Ver, por exemplo, GOMES, H.E. Como vai o sistema de comunicação na ciência da informação? *Ci. inf.*, v. 10, n.1, p. 71-3; GOMES, H.E. Experiência do IBBD em programas de pós-graduação. *R. Esc. Bibliotecon., UFMG*, v.3, n.1, p.13-26, 1974; GOMES, H.E. & ZAHER, C.R. A Ciência da Informação e suas implicações na formação de recursos humanos. In: *Anais do Congresso Reg. sobre Documentação*, 3, Lima. 1971. Rio de Janeiro: IBBD, 1972. p.422-33; NEVES, T.M.G. das. *Histórias e temáticas do Curso de Mestrado em Ciência da Informação do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT)*. Orient.: H. Tardin Christovão. Rio de Janeiro, 1992. 286p. diss., Mestr. Ci. Inf., CNPq (IBICT)/UFRJ (ECO); SAMBAQUY, L. de Q. da Biblioteconomia à Informática. *Ci. Inf.* v.7, n.1, p.51-60, 1978.
2. No ano de 1960, o IBBD obteve 12 bolsas de estudo do Ministério das Relações Exteriores. De 1961 até 1971, foram obtidas outras 58 bolsas, sendo 57 delas para alunos de outros países da AL e 1 para Angola. Ver GOMES, H.E. & ZAHER, C.R. A experiência do IBBD na preparação de cientistas da informação. In: *Anais do Seminário Latino-Americano sobre Preparação de Cientistas da Informação*, 23/25 de ago., México, DF, 1972. Rio de Janeiro: IBBD, 1972. p. 315-23.
3. Muitos eram egressos do CDC.
4. GOMES & ZAHER, op. cit., nota 2. No que se refere ao item (c) especificamente, as autoras afirmam: “Infelizmente, por força de regulamentação da profissão [bibliotecário] em 1962 (lei nº 4.084 de 30/06/62), os não-bibliotecários viam-se impedidos, como até hoje [1972], de assumir certas funções, pelo menos em organizações do serviço público, perdendo-se assim um potencial valioso que poderia continuar a dar sua contribuição permanentemente. No entanto, esse grupo de documentalistas teve uma participação definitiva na formação de escolas e cursos de biblioteconomia e documentação em diferentes estados (...), bem como na criação de centros de documentação ou bibliotecas centrais em universidades que se transformaram em pontos

focais de treinamento e valorização da profissão nesses estados (...). Se, por um lado, a regulamentação da profissão fortaleceu o aparecimento de escolas (...), por outro impediu que pessoas de alto nível participassem do desenvolvimento da documentação científica no país”.

5. Idem, ib., p. 316.
6. Talvez, nessa época, não fosse possível ainda a formulação de tal política. Esta seria uma questão a estudar.
7. GOMES & ZAHER, op. cit. (nota 2), p. 317-8.
8. Para análise dos currículos do MCI e informações sobre seus quadros de docentes ver: GONZÁLEZ DE GÓMEZ, M.N. *A configuração temática da Ciência da Informação no currículo dos cursos do IBICT: estudo de caso*. Orient.: Ana M.M. Cintra. Rio de Janeiro, 1982. 190p. Diss., Mestr. Ci. Inf., CNPq (IBICT)/UFRJ; NEVES, op. cit. (nota 1).
9. Essa história pode ser acompanhada de maneira mais atraentes pelo exame da coleção do *Anual Review of Information Science and Technology* (ARIST), publicação da American Society for Information Science, com especial atenção para os conteúdos de seus volumes, editados os primeiros por Carlos Cuadra (v.1, 1966, a v.10, 1975) e os subseqüentes por Martha Williams (v.11, 1976, a v.27, 1992). Quanto a esta segunda editoria, nota-se, além de uma diferenciação substantiva em relação à primeira, outra, na passagem dos 80 para os 90, sendo possível observar nas revisões, ainda que estas abarquem basicamente literatura norte-americana, a ênfase crescente no cunho social, em seu sentido amplo, da área de informação como um todo.
10. SOLLA PRICE, D. *O desenvolvimento da ciência*. Trad. Simão Mathias com colab. G.M. Braga. Rio de Janeiro: Livros Téc. e Cient., 1976. 77p. (Ed. orig.: *Little science, big science*. New York: Columbia Univ. Press, 1963. 118p.).
11. Ver Mulkay, M. *Science and the sociology of knowledge*. London: G. Allen & Unwin, 1979. 132.; SPIEGEL-ROSING, I. & S. PRICE, D. de (eds.) *Science, technology and society: a cross-disciplinary perspective*. Beverly Hills: Sage, 1977. 607p., e VELHO, L. Indicadores científicos: em busca de uma teoria. *Interciência*, v.15, n.3, p.139-45, 1990.
12. Ressalte-se que a titulação exigida e reconhecida pela UFRJ era aquela de doutor ou equivalente. A de doutor é mais homogênea nos diferentes países em termos de critérios e formas de obtenção. Já a questão da avaliação do que lhe seja equivalente, principalmente quando se as considera em diferentes contextos culturais, parece-me bem mais complexa do que se tem considerado, merecendo tratamento mais aprofundado, o que certamente iria influir nas decisões sobre o assunto. Ver o interessante estudo de Paulo Pardal (“140 anos de doutorado e 75 de livre-docência no ensino de Engenharia no Brasil”, Esc. de Eng. UFRJ, 1986) onde narra sobre a origem dos títulos de doutor e livre-docente no Brasil.
13. Em 1975, houve a reestruturação do CNPq, que passou a Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico. Em 1976, foi a vez do, no caso, IBBD, que passou a IBICT. Obviamente a reestruturação não se limitou à mudança de nomes. Não é esse, entretanto, o momento para discussão do assunto (para fins de informação ver MOREL, R.L. de M. *Ciência e Estado: a política científica no Brasil*. S. Paulo: TAQ, 1979. 162p., e RODRIGUES, M.E.F. *A política científica e tecnológica no Brasil: análise das áreas de Engenharia de Minas, Metalúrgica e de Materiais*. Orient.: H. Tardim Christovão. Rio de Janeiro, 1988. 173p. diss., Mestr. Ci. Inf., CNPq (IBICT)/UFRJ (ECO). Acrescento somente que aquilo que parece ter sido destinado ao IBICT do “novo” discurso governamental nos anos que se seguiram foi o desmantelamento quase total de um trabalho sério e bem-sucedido de gerações. Assim, ao afirmar “com a reestruturação do IBICT”, acredito tê-lo feito mais em termos do reconhecimento de ação mais interna do que fruto de determinação externa que trouxesse mudanças substantivas – positivas – à política da instituição. A preocupação do IBBD, no caso com a informação e o que daí decorre – em oposição à restrição ao registro gráfico – e com a formação de recursos humanos há muito havia sido internalizada e transformada em ação (ver item 1 e 1º parágrafo do item 2). Todo esse, é claro, precisa ser alvo de maiores pesquisas.
14. Esta, autora do presente artigo, na época bolsista do CNPq na Instituição e cursando o MCI.
15. A rigor, os empregados do IBICT no período 1983-90 ligados ao convênio passaram por uma série de “vinculações” administrativas sobre as quais iam tomando conhecimento por meio das alterações observadas em seus contracheques.
16. Dentre os que permanecem até hoje, três foram contratados em 1980, um em 82 e um em 83; dentre os transferidos, dois o foram em 83 e um em 85.

17. Hoje em dia (agosto de 93), para as atividades de ensino e pesquisa, a equipe é constituída por 10 pesquisadores (oito doutores e dois mestres), um técnico de desenvolvimento científico e um técnico em informação. Todos os mestres são doutorandos. Fazem parte também da equipe, distribuídos em atividades de apoio à pesquisa e ensino (pessoal de secretaria, biblioteca e laboratório) e exclusivamente de pesquisa, sete técnicos de NS e quatro de NM. Quanto aos alunos, são 10 no DCI, 75 no MCI e 20 no CDC (nove alunos/professor – μ).
18. O processo é aberto ao corpo discente e ex-alunos.
19. KAEGBEIN, P. 7. & EXON, F.C.A. Library and Information Science Theory: grail, gravity-train, or grab-bag: a report on 'Conceptions of Library and Information Science (CoLIS)' Conference, 26-8 Aug. 1991, Tampere, Finland. *Int. J. of Inf. & Libr. Res.*, v.3, n.3, p.221-9, 1991. Os autores, embora mencionem a realização a partir de 1987 e como "apêndice" da Reunião da IFLA, da "Int. Meeting on Res. into Inf. St." (IMRIS) como uma exceção, alegam ser esta uma reunião que atrai pouca atenção, passando quase despercebida.
20. VAKKAKI, P. & CRONIN, B. (eds.) *Conceptions of Library and Information Science: proceedings of the CoLIS Conference, Tampere, 1991*. Los Angeles: Taylor Graham, 1992.
21. SARACEVIC, T. Information Science: origin, evolution and relations. In: VAKKARI & CRONIN, op. cit.
22. SARACEVIC, id., p.1. Em inglês no original.
23. MACHLUP, F & MANSFIELD, U. (eds.) *The study of information; interdisciplinary messages*. New York: John Willey & Sons, 1983, 743p.
24. Parece haver um medo profundo e sutil de que a ciência, liberta de seus esquemas disciplinares, permita, novamente, criar. Num certo sentido, o ato criativo é sempre desestabilizador. Esses pontos são tocados aqui e ali em ampla literatura, às vezes das mais inesperadas procedências – disciplinares e outras. Algumas sugestões, por sorteio: GOMES, R. (1980); *Crítica da razão tupiniquim*. 4 ed. São Paulo: Cortez; 1980/1977. 112p.; STENGERS, I. (1990). *Quem tem medo da ciência? Ciência e poderes*. São Paulo: Siciliano, 1990. 175p.; SERRES, M. *Filosofia mestiça*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1993. 190p.; WALSH, R.N. & VAUGHAN, F. (orgs.) *Além do ego; dimensões transpessoais em Psicologia*. São Paulo: Cultrix/Pensamento, 1980. 305p.; LESHAN, L., MARGENAU, H. *Einstein's space and Van Gogh's sky; physical reality and beyond*. New York: MacMillan Publ. Co., 1982. 268p. e obviamente Rubem Alves, Hilton Ferreira Japiassu... e tantos outros. Uma bela jornada: ir aos poucos descobrindo-os.
25. KAEGBEIN, P., EXON F.C.A. 1991, p. 223. Em inglês no original.
26. FERNANDES, G.C. 1993, p. 142.
27. TEIXEIRA, C.H., 1992, p. 9-10.
28. Ver NEVES, G. das (1992).
29. SWEENEY, G.P., 1987, p. 32-33.
30. PACHECO, L.M.S. 1992, p. 108-109.
31. Poesia que abre o livro de di Paolo, Pasquale, (1987).

Information science within the IBICT's graduate studies context

Abstract

The emergence and development of the Master Course in Information Science and Specialized Course in Information and Documentation of the Brazilian Institute for Information Science and Technology (IBICT) is described here. The origin and characteristics of courses and curriculum are analysed an international and local (IBICT/DEP) perspective of changes in the Information Science field is presented.

Keywords

Information science; Graduate Study; IBICT; Curriculum; Master's degree.

Heloisa Tardin Christovão

Departamento de Ensino e Pesquisa (DEP-RJ) IBICT